

**INTERNATIONALI NEGOTIA  
DIRETORIA ACADÊMICA  
ÁREA INTERNACIONAL**

**MARIA ANTONIA PIMENTEL LIMA**

**COMITÊ SOCIAL, CULTURAL E HUMANITÁRIO ACESSO À EDUCAÇÃO  
E SAÚDE PÓS CATÁSTROFES**



**MODELO INTERNACIONAL DO BRASIL  
BRASÍLIA - DF**

**2021**

**MARIA ANTONIA PIMENTEL LIMA**

**COMITÊ SOCIAL, CULTURAL E HUMANITÁRIO ACESSO À EDUCAÇÃO E  
SAÚDE PÓS CATÁSTROFES**

**BRASÍLIA – DF  
2021**

## **CARTA DO SECRETARIADO**

Prezados Delegados e Delegadas,

Sejam bem-vindos ao Comitê Social, Cultural e Humanitário das Nações Unidas. Neste ambiente, os senhores possuem a oportunidade ímpar de discutir o acesso à educação e a saúde pós catástrofes, além de propor soluções para este problema que deixa diversas famílias desoladas no mundo todo.

A situação após as catástrofes pode ser de muita destruição e pode perdurar por muitos anos, a depender da resposta do país. É importante ter em mente que todos os países vão responder de formas diferentes, mas que há uma discrepância entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Contudo, delegados, cabe a vocês pensarem na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para todos mesmo durante períodos emergenciais. Suas respectivas funções são de extrema relevância para garantir que todos estejam com os Direitos Humanos garantidos.

Além disso, o trabalho realizado pelos senhores e senhoras deve ser feito por meio do respeito à soberania de todas as nações, bem como o apoio mútuo e a compreensão de sistemas políticos diferentes. Dessa forma, espera-se de todos ótimas referências e ideias que agreguem o debate de forma fidedigna às suas representações no que tange aos dois focos do comitê: saúde e educação.

*"E estávamos todos de alguma forma, torcendo  
juntos. E na esperança de um bom futuro,  
enquanto chovia sobre nós."  
(Yaelle Link)*

## RESUMO

Desastres naturais ocorrem e impactam sociedades desde os tempos antigos. Por conta da ação humana, outros desastres se tornam presentes ao redor do mundo, como explosões, acidentes nucleares e rompimentos de barragens. Neste artigo, serão apresentados os impactos destes eventos na saúde e na educação, bem como suas possíveis soluções, com uma perspectiva do Terceiro Comitê da Assembleia Geral.

Levando-se em conta que a pandemia do Covid-19 teve um impacto em ambos aspectos, é importante abordar suas consequências singulares e como a globalização e a cooperação internacional moldam a reconstrução após uma crise. Portanto, medidas efetivas devem ser o foco principal das Nações Unidas a fim de garantir acesso universal à saúde e à educação mesmo em períodos extraordinários. Com isso em mente, este artigo provê informações relevantes para países afetados por desastres naturais ou decorrentes da ação humana.

**Palavras chave:** Desastres, saúde, educação, assistência humanitária, cobertura universal

## **ABSTRACT**

Natural disasters have occurred and had an impact on societies since ancient times. Due to human action, other disasters became present in nations across the world, such as explosions, nuclear accidents or dam ruptures. In this article, the impacts of these events on health and education are going to be discussed, as well as the possible solutions, through a Third Committee of the General Assembly perspective.

Since the Covid-19 pandemic has also had an influence on both aspects, it is important to address its unique consequences and how globalization and international cooperation shape reconstruction after a crisis. Therefore, effective measures should always be the main focus of the United Nations to guarantee universal access to health and education, even during unusual times. With that said, this paper will provide relevant information on countries affected by natural or human made disasters.

**Keywords:** Disasters, health, education, humanitarian assistance, universal coverage

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>8</b>
<b>Histórico e Escopo do Comitê</b>	<b>10</b>
<b>Acesso à Educação</b>	<b>11</b>
<b>Acesso à Saúde</b>	<b>14</b>
<b>Situação do COVID-19</b>	<b>17</b>
<b>Assistência Humanitária Internacional</b>	<b>20</b>
<b>Consequências Prolongadas das Catástrofes</b>	<b>23</b>
<b>Considerações Finais</b>	<b>24</b>
<b>8.1. Perguntas a serem respondidas pelas delegações:</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE I – POSICIONAMENTO DE BLOCOS</b>	<b>30</b>

## 1. Introdução

Os últimos 20 anos foram marcados por uma série de catástrofes e suas consequências para a população mundial, afetando relações econômicas devido à globalização. O ano 2000 foi considerado pelo grupo alemão Munich Re um ano de menos perdas em comparação a 1999. Além disso, o ano foi marcado por diversos eventos danosos, como o deslizamento de lama nos Alpes Suíços e as inundações em Moçambique. As duas situações revelam motivos diferentes e também consequências distintas para a população.

Mesmo considerando que catástrofes ocorreram em países desenvolvidos e em desenvolvimento nos últimos anos, vale mencionar que suas recuperações foram díspares. Em 2005, os Estados Unidos sofreram destruições advindas do furacão Katrina, enquanto o Paquistão e a Índia também lidavam com destroços causados por um terremoto em outubro. Contudo, os eventos mais marcantes das últimas duas décadas foram o terremoto do Haiti (2010), tsunami e acidente nuclear no Japão (2011) e o rompimento da barragem em Brumadinho (2019).

Em 2020, completaram-se 10 anos do terremoto que devastou o Haiti, gerando mais de 220 mil mortos. Para entender a situação atual da população, é necessário entender que o país já lidava com a extrema pobreza antes do terremoto. Dessa forma, o país está passando por uma lenta reconstrução e a população ainda sofre as consequências da catástrofe ocorrida em 2010. A Unicef atua no país e chegou a construir uma escola semipermanente em 2011, além de enviar suprimentos desde o ano fatídico. Porém, o país ainda passou por uma epidemia de cólera no mesmo período e a Unicef conseguiu desenvolver uma solução para sanitizar potenciais lugares de contaminação em 2016. Somente em 2019 a epidemia foi contida e desde então não houve nenhum registro da doença. Em adição a toda a dificuldade enfrentada pelo país, o hospital que havia sido prometido pela França e Estados Unidos ainda não é operante e as obras foram interrompidas, o que dificulta o combate à constante desnutrição no país. De certo, outros problemas agravam a situação, como a crise econômica e política, mais dificultadores do acesso à educação e saúde.

Já em 2021, relembra-se o dia trágico, 11 de março de 2011, para o Japão. Nesse dia, um terremoto de 9 graus, um dos mais fortes do mundo, ocasionou, além dos tremores, um tsunami que devastou residências e deixou milhares de pessoas desaparecidas. Ademais, uma das consequências foi o desastre nuclear de Fukushima. Contudo, o governo financiou a reconstrução

da cidade e pagou indenização aos moradores afetados pela catástrofe. Mesmo assim, muitas pessoas preferiram se mudar por medo de retornar à cidade, o que também se tornou possível através da estrutura do país em se reerguer após terremotos e seus desdobramentos.

Países como Filipinas, México, Itália, Indonésia e Chile também enfrentaram diferentes tipos de desastres naturais desde os anos 2000, o que gerou estudos e mobilizações entre organizações internacionais. Atualmente, o que norteia as atitudes tomadas por essas organizações são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O terceiro ODS é ligado à saúde e bem estar e entre suas metas para a Agenda 2030 estão o acesso a medicamentos, vacinas e tratamentos eficazes para todos, além da redução do número de mortes por materiais de contaminação por produtos químicos perigosos. Esse objetivo é essencial para entendermos a relevância da mobilização dos governantes e dos organismos internacionais na reconstrução infraestrutural após catástrofes, visto que estas ameaçam diretamente o cumprimento desses dois pilares.

Por sua vez, o ODS 4 diz respeito à educação de qualidade, que deve ser inclusiva e equitativa. Dessarte, a educação em todos os níveis deve assegurar igualdade de acesso entre homens e mulheres, além de promover inclusão de pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade e de todas as idades. Um dos tópicos desse objetivo é melhorar as instalações físicas dos ambientes escolares visando a inclusão e a segurança. Por conseguinte, é necessário que os países possuam recursos financeiros para promover essa melhoria, tendo essa necessidade intensificada em momentos de reconstrução após situações catastróficas, visto que os recursos também precisam visar outras necessidades básicas, como a alimentação.

Com base no exposto, entende-se que os países em desenvolvimento já apresentam dificuldades de acesso à educação e saúde, mesmo antes de passarem por catástrofes. Porém, após os acontecimentos, torna-se ainda mais difícil de garanti-lo para grande parte da população. Muitas vezes, isso ocorre por dificuldades financeiras que impedem a perpetuação do indivíduo no sistema educacional até terminar o ensino médio, por falta de infraestrutura para atender à escola, entre outras questões. No âmbito da educação, há como impedimento a falta de produção de materiais de construção e tecnológicos, assim como a de recursos financeiros para sua obtenção em outros países, além da dificuldade de distribuição para todo o território de forma acessível. Nas

próximas páginas deste guia, trataremos de forma mais aprofundada sobre ambas situações, tal como possíveis medidas e a função do comitê diante da situação.

## **2. Histórico e Escopo do Comitê**

A Assembleia Geral das Nações Unidas é composta por 193 estados-membros, em que cada um possui um voto e todos eles têm o mesmo peso na votação das propostas de resolução. A função da Assembleia é garantir os direitos humanos, promover segurança e paz, fortalecer as nações unidas e resguardar o ambiente comum. Contudo, as resoluções deste comitê devem ser de caráter recomendatório, ou seja, a Assembleia pode recomendar medidas a serem adotadas pelas delegações da mesma forma que pode dispor meios financeiros para essas medidas.

Entre as funções da Assembleia Geral, encontram-se as seguintes:

- Avaliar o orçamento das Nações Unidas e aprová-lo;
- Decidir membros não permanentes do Conselho de Segurança e, considerando a recomendação do mesmo, escolher o Secretário Geral;
- Fazer debates no que tange à segurança e a paz, contanto que o tema já não esteja em discussão no Conselho de Segurança;
- Analisar relatórios de outros órgãos das Nações Unidas;
- Iniciar estudos que tratem de cooperação internacional e direitos humanos;
- Fazer recomendações considerando os direitos humanos, as resoluções pacíficas e o poder das Nações Unidas no ambiente internacional.

Com relação à estrutura da Assembleia Geral, esta é dividida em seis comitês, em que cada um trata de um assunto para discussão: Primeiro Comitê (Desarmamento e Segurança Internacional), Segundo Comitê (Econômico e Financeiro), Terceiro Comitê (Social, Humanitário e Cultural), Quarto Comitê (Políticas Especiais e Descolonização), Quinto Comitê (Administrativo e Orçamentário) e Sexto Comitê (Legal). Nessa simulação, o terceiro comitê será o ambiente da nossa discussão e, portanto, aprofundaremos mais em suas funções.

O SocHum debate questões referentes aos direitos humanos ou a procedimentos estabelecidos pelo Conselho dos Direitos Humanos. Dessa forma, podem ser temas do comitê:

desigualdade de gênero, racismo, discriminação, proteção da infância, refugiados, liberdade, prevenção de crimes, família e controle internacional de drogas. Assim sendo, o Terceiro Comitê é extremamente relevante para garantir a dignidade humana e sugerir propostas para todos os países signatários dos Direitos Humanos.

Como reflexo disso, um debate levantando em outubro de 2015 abordou questões como discriminação contra as minorias no sistema criminal, além de tratar de saneamento básico e da necessidade da população ter acesso à água própria para consumo, tendo em vista que ambos tratam da manutenção dos direitos humanos. Além disso, em novembro desse mesmo ano, foi aprovada uma resolução com a finalidade de promover eleições periódicas e democratizar as regiões árabes, na África e no sudoeste Asiático. Tudo isso no SocHum.

Por conseguinte, entende-se como de extrema relevância a discussão do acesso à educação e saúde após catástrofes nesse comitê, dado que as resoluções então aprovadas impactarão os meios que os governantes dispõe para garantir os direitos humanos em seus países.

### **3. Acesso à Educação**

A educação é um fator primordial para o desenvolvimento de um país. Todos os países desenvolvidos valorizam o acesso à educação de forma ampla e eficiente. Contudo, é preciso entender porquê ela é tão valorizada e quais são os seus impactos no desenvolvimento de um país.

Primeiramente, a educação é a base para profissionais capacitados, o que gera capital humano para o país. Além disso, o desenvolvimento científico-tecnológico no século XXI é essencial para o desenvolvimento, o que também só é possível com recursos de pesquisa e incentivo ao estudo. Nesse sentido, a educação fomenta a movimentação de investimentos e fundamenta a estruturação de produtos de alto valor agregado, os quais podem aumentar o PIB do país consideravelmente.

É necessário entender que a educação básica é fundamental, porque sem ela não se dá seguimento para outros níveis, como o superior. Portanto, uma população com baixa taxa de analfabetismo é próspera para o desenvolvimento, visto que a maior parte dos indivíduos pode continuar seus estudos com uma idade menos avançada. Além disso, sabe-se que o analfabetismo perpetua a exclusão de certos grupos na sociedade e o foco em trabalhos menos especializados, condição condizente com os países em desenvolvimento, que são, usualmente, provedores de

*commodities*. Os anos iniciais na escola e até as instituições anteriores ao ensino formal, como as conhecidas creches, são essenciais para a conscientização sobre doenças, a identificação de dificuldades de aprendizagem e até para a segurança das crianças. Dessa forma, países com pouco acesso à essa etapa da educação têm mais empecilhos para desenvolver. Sabe-se também que essas instituições são menos acessíveis em áreas rurais, o que pode fazer com que países com grande parte da população nessa situação também enfrentem dificuldade no acesso à educação.

Em adição à uma extensa adesão da educação básica, o acesso democrático à educação inclui a acessibilidade financeira a instituições de ensino superior e a possibilidade financeira da família em manter os alunos de ensino médio em seu curso. Por óbvio, inclui-se também o acesso por homens e mulheres, além de infraestrutura para pessoas com deficiência e transporte para todos.

Como já observado anteriormente, há uma grande diferença entre países de blocos econômicos divergentes no que tange ao acesso à educação. Entre elas, a mais comum é o motivo da desistência do caminho escolar, que, em países em desenvolvimento, geralmente é ligado à situação financeira e a necessidade de trabalhar, mesmo antes da idade mínima permitida para tal. Por conta desse fator, é de suma importância que esses países ofereçam programas de educação para adultos que gostariam de terminar o ensino fundamental e médio. A Argentina, por exemplo, construiu o plano FinEs com essa finalidade. Contudo, esses programas são caros para o investimento governamental, o que leva muitas pessoas a procurarem o serviço de Organizações Não Governamentais (ONGs) quando possível, ou a ficarem sem terminar os seus estudos.

Além disso, a permanência na educação contribuiu para a resolução de diversos problemas sociais, como racismo, homofobia, desigualdade de gênero e violência. Para que os resultados sejam mais eficientes, é necessário que a educação seja inclusiva, ou seja, acessível para todos. Um exemplo reconhecido mundialmente é o sistema de cotas brasileiro, inclusive mencionado no *Global Education Monitoring (GEM) Report*, Relatório Global de Monitoramento da Educação, no ano de 2020. O sistema de cotas tornou a educação superior acessível para grupos minoritários e incluiu indivíduos advindos de família com a renda 50% menor em comparação aos indivíduos que não participavam das cotas. Com base no exposto, a desigualdade social, característica desse grupo de países, também favorece uma educação restrita e excludente.

Em contrapartida, em países desenvolvidos, como a Islândia, a população é inteiramente alfabetizada e mais mulheres se graduam no bacharelado do que homens. Na Europa e na América

do Norte, 99% dos estudantes completam a educação primária e 88% completam a educação secundária, enquanto na América Latina e no Caribe, essa taxa começa em 90% e acaba em 60%.

Por conseguinte, os países do norte global reagem de forma diferente dos países do sul global após a ocorrência de catástrofes. A primeira diferença consiste na discrepância de recursos financeiros para a reconstrução de infraestruturas educacionais. Os países desenvolvidos são capazes de alocar recursos mais rapidamente e conseguem obter resultados muito mais rápidos do que os países em desenvolvimento. Muitas vezes, trabalhos como o da Unesco são mais efetivos do que os governamentais, visto que estes recursos são mais limitados no segundo grupo.

Outrossim, a segurança durante o transporte de crianças até a escola impacta no desenvolvimento escolar. No Brasil, há dados relatando que se a distância até a unidade for maior, a performance acadêmica é pior, e, se as crianças foram expostas a atividades ilegais e criminosas durante o percurso, a chance de pararem de ir à escola é maior. Neste ínterim, os Estados Unidos, ao introduzirem mais ônibus escolares, reduzem o fator da violência em diversas comunidades.

Segundo o relatório de 2018 da *International Federation of Red Cross (IFRC)*, nos 10 anos anteriores, 84% das catástrofes ocorridas foram desastres naturais e, entre eles, os mais frequentes são os relacionados à água, como inundações, seguidas pelas epidemias. No que tange aos locais mais afetados por catástrofes em números de ocorrências, a Ásia está em primeiro, seguida pela América, desde 2019, quando superou a África. Portanto, os últimos lugares são da Europa e da Oceania, respectivamente.

Dessa forma, as diferenças já se iniciam no número de ocorrências, o que leva à preocupação com mudanças climáticas, visto que a África e a América estão entre os continentes que mais sofrem com desastres naturais. Mesmo diante dessa situação, a América é o continente com menos pessoas que receberam resposta rápida de recuperação após catástrofes e, mesmo o número de ocorrências sendo discrepante entre Europa e América, ambos receberam o mesmo número de operações nos anos de 2010, 2011 e 2014. Então, é possível perceber que países desenvolvidos e países em desenvolvimento podem receber a mesma cobertura de auxílio internacional, mesmo possuindo recursos governamentais diferentes. Essa situação contribui para uma recuperação mais lenta dos países em desenvolvimento, enquanto países desenvolvidos recuperam-se mais rapidamente e conseguem garantir acesso à educação com mais facilidade para a população em situação de risco.

Como já visto anteriormente, alguns fatores podem melhorar os indicadores de frequência nas aulas e de continuidade entre os níveis educacionais. Entre eles, o principal é a segurança dos alunos no percurso até a escola e a infraestrutura da escola. Portanto, após situações que degradem a estrutura física da instituição, é importante despender recursos para reconstruí-la o quanto antes. Porém, é importante entender também a situação financeira da família enquanto o indivíduo está estudando e os materiais que ele tem disponíveis, reforçando o motivo do envio ágil de suprimentos para comunidades em situação de vulnerabilidade.

Um exemplo de atitude positiva para o âmbito educacional é ilustrada pela Sérvia: o país instaurou mecanismos de coordenação locais para identificar as necessidades da população e para supri-las da melhor forma. É importante compreender as necessidades básicas que estão defasadas para, então, estruturar a sociedade novamente e integrar até as pessoas mais afetadas ao sistema educacional.

#### **4. Acesso à Saúde**

A saúde é uma prioridade em questão de preocupação em diversos países, ou seja, ela é o norte para tomada de decisões políticas e sociais. Além de aumentar a expectativa de vida, bem como promover a sua qualidade, o seu acesso universal também coopera para a paz e segurança. Portanto, este é essencial para a resolução de conflitos sociais e também para a melhoria econômica de um país.

Pelo fato da saúde ser uma necessidade tão básica, seus empecilhos sempre serão o maior foco de um governo, ou seja, onde despenderão mais esforços e recursos. Existem dois principais problemas de saúde que devem ser tratados após uma catástrofe, pois são fatores negativos para a economia quando vistos a longo prazo. Em locais que enfrentam desnutrição e alta taxa de mortalidade infantil, conseqüentemente, a economia tende a decair. Isso ocorre, dentre outras motivações, por um fator numérico, em que menos crianças conseguem atender a escola e se desenvolver educacionalmente como o esperado, o que impede a movimentação de investimentos nessa área e a formação de futuros profissionais qualificados para uma melhoria do mercado de trabalho. O segundo fator a afetar o setor é puramente econômico, porque questões sanitárias podem tornar o país menos atrativo para investimentos e, quando eles ocorrem, são

majoritariamente controlados por países estrangeiros. Dessa maneira, o desemprego e a baixa qualidade de vida das pessoas passam a ser cotidianos no país.

A relevância da saúde acessível para todos traz à tona o debate sobre a saúde pública e privada. Primeiramente, é importante entender que custear a cobertura universal pode ser prejudicial à economia do país quando é feita apenas pelo governo. Portanto, a saúde, normalmente, é constituída de pagamentos realizados na hora do tratamento pelo paciente ou plano de saúde, investimentos governamentais e estrangeiros. Dessa forma, deve-se atentar ao fato de que a saúde pública, em outras palavras, a que é fornecida pelo governo, nem sempre possui uma clara divisão com a saúde privada. Muitas vezes, pode ocorrer do governo cobrir o custo de certos tratamentos ou oferecer programas de financiamento e pagamento mais acessível, em vez de prover todo o atendimento, por mais que ambos sejam parte da saúde pública. Em suma, independentemente da saúde ser mais pública ou privada em um país, a finalidade é que ela consiga atender às necessidades da população e que esteja dentro das possibilidades de pagamento dos indivíduos.

O sistema de saúde nos países em desenvolvimento teve um crescimento desproporcional nos investimentos privados e públicos de 2005 a 2015. O indicado é que no mínimo 6% do PIB seja investido na saúde pública, contudo apenas o Uruguai e a Costa Rica atingiram essa meta nesse período entre os países da América Latina. Enquanto isso, os investimentos privados crescem a cada ano, o que é desfavorável para que o acesso seja universal. Contudo, em 2016, todos os países da América Latina apresentaram no mínimo 70% da população com acesso à saúde, segundo um estudo da *London School of Economics*.

Já os países desenvolvidos, como os da União Europeia, oferecem saúde financiada por meios públicos para 100% da população. Entretanto, os Estados Unidos mostram uma situação diferente, em que os recursos públicos são destinados para fins específicos, como veteranos de guerra, idosos e pessoas com deficiências, mas o meio mais usado no país é o plano de saúde privado. Nesse sentido, em 2018, 92% da população tinha acesso à saúde. Porém, os Estados Unidos também instauraram um plano de saúde público, em que o governo investiu, em 2017, 8% do PIB.

Em casos de comunidades afetadas por desastres naturais a situação é diferente, principalmente quando o país já enfrentava a pobreza, como o Haiti. Em 2017, o governo separou apenas 4,4% do seu orçamento em saúde e o hospital universitário de Porto Príncipe ainda não foi

reconstruído, tanto por falta de recursos, como por empecilhos políticos para decidir o sistema de saúde que será usado. Portanto, os países em desenvolvimento, além de enfrentar a destruição física das catástrofes, enfrentam impedimentos políticos em sua reconstrução, o que atrasa ainda mais a recuperação do país.

O desenrolar em países desenvolvidos, no entanto, diverge do caso apresentado acima. Como já exemplificado pelo caso do Japão, esses países se estabilizam com mais rapidez do que os países que já enfrentavam crises internas. O sistema de saúde do Japão é considerado de cobertura universal, o que significa que toda a população tem acesso a esse sistema. 98,3% dos cidadãos aderem o *statutory health insurance system (SHIS)*, em português conhecido como sistema de plano de saúde estatutário, enquanto 1,7% utilizam o sistema público de assistência social. Percebe-se pelo mencionado que a organização do país já era bem consolidada, o que contribuiu para uma resposta rápida quando ocorreu o acidente nuclear de Fukushima.

Seis hospitais foram imediatamente designados como primários para atender as vítimas, ou seja, eram responsáveis pela descontaminação e os tratamentos iniciais. Depois, um hospital, o da *Fukushima Medical University* (Universidade Médica de Fukushima), passou a ser o secundário, próprio para tratar das enfermidades consequentes da radiação. Porém, por conta da gravidade da catástrofe, os 6 hospitais primários não foram capazes de atender a população propriamente, de modo que pacientes precisaram ser evacuados dessas unidades e transportados até o hospital secundário. Por mais que o planejamento não tenha sido implementado como previsto, as consequências foram menos prejudiciais que as presenciadas pelo Haiti. No Japão, 5 idosos morreram nessa transição, porém o país foi capaz de tratar todas as vítimas que chegaram ao hospital.

Dessa situação, entende-se que o nível de desenvolvimento não assegura atendimento eficaz a todos durante catástrofes. Porém, os países desenvolvidos possuem um preparo que mitiga os graves malefícios decorrentes do acontecimento. No caso estudado, o Haiti lidou com a desnutrição por anos, enquanto o Japão lidou brevemente com a desidratação durante os transportes entre as unidades hospitalares. Contudo, o Japão continua lidando com as consequências a longo prazo do desastre, como pacientes que desenvolveram câncer de tireóide, entre outras doenças. O lado positivo é que hoje em dia o país consegue atender todos os afetados pela radiação. Entretanto, é comum que após a catástrofe mesmo os países desenvolvidos tenham problemas em estruturar acesso à saúde de forma equitativa. O Japão enfrentou esse problema

brevemente, o que fez com que 2688 pessoas morressem em abrigos até março de 2013, mas conseguiu se reerguer na fase conhecida como de reconstrução.

Depois que um desastre ocorre, o país passa por uma fase de recuperação, que consiste em 3 etapas: resposta direta ao acontecimento, reabilitação e reconstrução. Após a conclusão destas, a região deve passar por uma fase de redução de riscos para próximos desastres formulada em 2 partes: mitigação dos riscos e preparação para um possível desastre. Dessa forma, o país consegue limitar o impacto negativo na população. Entretanto, mesmo que essas medidas sejam comprovadamente eficazes, muitos países enfrentam uma desorganização após as catástrofes e não conseguem consolidar bem suas etapas.

Na etapa de resposta, a comunicação de informações é um passo primordial para guiar o restante da operação. É necessário saber quantos feridos, quantos mortos, a situação infraestrutural da região, entre outros dados. Em consequência de uma boa operação, é possível alocar os recursos suficientes e distribuí-los de forma correta. Ademais, muitos recursos devem ser despendidos em saúde nos primeiros momentos após a catástrofe para tentar minimizar o número de mortos, por isso é importante que os coordenadores da operação, normalmente autoridades do país, busquem opções, como a realocação de pacientes, o quanto antes.

## **5. Situação do COVID-19**

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia de COVID-19. Dentro desse cenário, todos os países passaram por medos e inseguranças em relação à doença recém-descoberta. No mesmo ano, diversos sistemas de saúde entraram em colapso e diversas pessoas morreram por falta de tratamento. Já em 2021, a vacinação já foi iniciada, porém a situação continua crítica em muitos países. Existem novas variantes da doenças que são consideradas de preocupação pela comunidade científica. Essas cepas apresentam maior taxa de transmissibilidade e dificuldade de ser combatida pelo sistema imunológico. A preocupação cresce ao observar os dados, que mostram que quase três milhões de pessoas foram mortas pela doença e os continentes com os maiores números de casos confirmados são a América e a Europa, respectivamente.

Até o dia 12 de abril de 2021, os Estados Unidos apresentaram 559.010 mortes e o Brasil computou 361.884 mortes, sendo os dois países com mais mortes da América. Na Europa, os países com mais mortos foram a Itália, o Reino Unido e a Rússia, todos com um número superior a 100.000. Outro país muito afetado foi a Índia, que contabilizou 174.308 mortos e 14.291.917 casos confirmados, marca que ultrapassa o declarado pelo Brasil.

Diante dessa situação, os países passaram a enfrentar o agravamento de desigualdades e pobreza, crises financeiras, desemprego, superlotação de hospitais e mortes. Toda essa situação leva a consequências de situações de catástrofes, o que enquadra a pandemia como uma. Como exemplo, em abril de 2020, a Itália chegou a registrar mais de 800.000 mortes por dia e teve de fazer um *lockdown* severo, além de construir Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) de campanha.

No âmbito da educação, as populações de baixa renda tiveram de enfrentar a dificuldade de acesso a meios de comunicação que possibilitassem o aprendizado, enquanto populações com rendas maiores conseguiram se adaptar mais facilmente às restrições e darem seguimento aos seus estudos. Além disso, a diferença entre os meios utilizados pelos países fica ainda mais em evidência. Países com rendas mais baixas utilizaram mais o rádio do que países com rendas maiores. Já em relação às plataformas digitais para a educação primária, nos países de renda baixa, elas foram utilizadas em 55% dos casos, mas já nos países de renda média a alta, a taxa cresce até 93%, segundo o relatório GEM de 2020. Ademais, países desenvolvidos estão investindo cada vez mais em tecnologia para aprimorar o acesso à educação nesse período. É possível perceber que é imprescindível o acesso a alguma forma de tecnologia no âmbito educacional desde 2020. Portanto, cabe aos países pensarem no cenário com aulas presenciais após as medidas relacionadas ao Covid-19 e como a tecnologia estará inserida nele, a fim de manter a educação acessível a todos e em todos os níveis educacionais.

Entende-se a participação em sala de aula como muito importante e necessária para o processo de aprendizagem do aluno. Contudo, o uso de diversas ferramentas digitais tendem a se manter após a pandemia de coronavírus, visto que muitos docentes se capacitaram para utilizá-las. É importante que não somente sejam implementadas pela escola como sejam monitoradas e acessíveis para todos os alunos. A articulação de como o uso das ferramentas será feito é tão relevante quanto a escolha de usá-las ou não, sempre visando o acesso universal à educação.

No âmbito da saúde, é extremamente importante compreender o papel da OMS e o dos governantes no acesso ao sistema de saúde pela população. É importante considerar que muitos países já possuíam um sistema falho em atender todos que precisavam dele, o que foi ainda mais ressaltado durante a pandemia. Ainda assim, muitos países extremamente estruturados lidaram com colapsos diante da situação.

O papel da OMS em qualquer situação emergencial é dedicar esforços globais para garantir a saúde de todos. Dessa forma, seu trabalho é construído em 4 etapas: preparar, prevenir, detectar e responder. Durante a pandemia iniciada em 2020, a OMS contribuiu passando informações com a maior agilidade possível para os países membros, auxiliando, então, na organização de políticas governamentais, além de participar ativamente com doações de materiais essenciais aos profissionais de saúde. Um exemplo característico de sua atuação foi a constituição de uma base de dados global com o número de novos casos e mortes e o estabelecimento de critérios que os países devem usar para entender qual é a hora correta de flexibilizar suas medidas de contenção.

Já os governantes tiveram um papel essencial na ação direta da contenção do vírus. Cada país adotou medidas diferentes, porém uma das mais vistas foi o *lockdown*, ou seja, a proibição da circulação de pessoas, e o fechamento de atividades comerciais e empresariais, mantendo apenas atividades essenciais em funcionamento. Além disso, a resposta tecnológica dos países é extremamente relevante para oferecer uma imunização eficiente contra o vírus o quanto antes. Por conseguinte, as relações diplomáticas ficam em evidência ao pensar em como será feita a distribuição e a aquisição das vacinas.

A relação entre o papel dos governantes e da OMS está na solidariedade internacional e na implementação de orientações estabelecidas pela organização. Mesmo que nenhuma dessas orientações seja obrigatória, tendo em vista a soberania de cada Estado, elas foram pensadas focando o bem comum da comunidade internacional. Dessa maneira, são relevantes para o acesso à saúde as medidas governamentais que estão sendo tomadas após publicações feitas pela OMS.

Com base no apresentado anteriormente, é possível entender que o acesso à saúde e a educação sempre estarão entre as prioridades de organizações internacionais. Em meio a situações de catástrofe, esse objetivo pode ser comprometido, como está sendo na pandemia do Covid-19. Dessarte, os agentes internacionais devem visar, além da contenção da pandemia, a inclusão, em todas as instâncias, na saúde e educação.

## 6. Assistência Humanitária Internacional

A Assistência Humanitária Internacional é uma espécie de auxílio prestado por Organizações Não Governamentais (ONGs), agências internacionais ou doadores independentes. Para entender melhor esse conceito, é importante visualizar entidades muito presentes nesse cenário e em quais situações elas prestam assistência.

Atualmente, o *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)*, Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários, criou o *United Nations Disaster Assessment and Coordination (UNDAC)*, setor da ONU destinado à coordenação e a avaliação de desastres. A equipe desse departamento, além de auxiliar com informações rápidas sobre o país após a catástrofe, é responsável por coordenar e financiar uma resposta de assistência emergencial. Ademais, todos os pedidos direcionados para a OCHA são considerados pelas Nações Unidas no geral e, portanto, fundos podem ser disponibilizados para o financiamento anteriormente citado.

Antigamente, esse papel era desempenhado pela *UN Disaster Relief Organization (UNDRO)*, Organização de Assistências em Desastres. O foco de seu trabalho era voltado para o controle de informações sobre os recursos necessários naquela catástrofe e a mediação do pedido de assistência juntamente com a OMS. Por mais que seu trabalho agora seja executado pela OCHA, é importante compreender o objetivo por trás de ambos departamentos para que as propostas do comitê sejam resoluções efetivas às situações apresentadas.

Além disso, a Cruz Vermelha também atua com auxílio internacional voltado para populações em situação de vulnerabilidade após o acontecido e também dispõe de doações para adquirir materiais essenciais à vida desses indivíduos. Obviamente, por questões econômicas e diplomáticas, outros países podem, independentemente de outras organizações da comunidade internacional, prestar assistência internacional para outros países. Um exemplo de uma situação já apresentada é a reconstrução do hospital na cidade de Porto Príncipe, Haiti, a qual a França e os Estados Unidos se propuseram a financiar.

Por conseguinte, é possível perceber que a assistência humanitária é feita em situações emergenciais e de grande impacto para o país. Por esse motivo, existem algumas motivações para que a assistência seja prestada. Primeiramente, as agências internacionais prezam por valores relacionados aos direitos humanos, ou seja, seu objetivo é proporcionar uma vida digna aos

sobreviventes da catástrofe. Porém, os países contribuintes dessas medidas e provedores de recursos particulares têm motivos além do anterior. A globalização do século XXI apresenta uma organização comercial muito específica, que envolve a dependência econômica internacional e a tecnologia. Portanto, a reconstrução de mercados consumidores e fornecedores é de interesse internacional no âmbito econômico, o que também não pode ser descartado.

Visto que o direito à educação está previsto no artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a assistência voltada para a educação deve ser feita nas primeiras fases de uma crise, quando o país entra em situação de emergência. A Unicef proporciona ajuda aos países nessa condição para a reconstrução da educação. Dessa forma, para que a assistência internacional seja efetiva, ela deve começar com a capacitação de profissionais e a organização de um time. Posteriormente, é importante entender como o sistema educacional pode funcionar institucionalmente, ou seja, a Unicef desenvolve parcerias para a implementação das medidas propostas. Por fim, é necessário registrar os dados durante o desenvolvimento a partir das fases iniciais para que as medidas sejam sempre mais efetivas e planejar em conjunto com as autoridades nacionais como a assistência internacional pode atuar no quesito da educação.

Essa assistência internacional foi essencial para garantir segurança para estudantes afetados por desastres naturais. Em agosto de 2007, o Peru sofreu com um terremoto que deixou diversas pessoas desabrigadas e instalações físicas destruídas. No dia seguinte a Unicef já tinha enviado materiais de apoio para prevenir problemas de saúde decorrentes de água contaminada, além de materiais como copos, talheres e jarras. Duas semanas depois, a UNICEF solicitou 1,1 milhão de dólares para que as atividades escolares pudessem retornar. Contudo, somente em fevereiro do ano seguinte, as crianças passaram a retornar às escolas. A assistência internacional foi capaz de colocar 34.000 alunos em salas de aula temporárias e dar continuidade aos seus estudos.

Sendo assim, as medidas voltadas para a educação ajudam o país a garantir o acesso à educação para pessoas em situação de vulnerabilidade. Cabe, entretanto, pensar em formas mais ágeis no âmbito de resposta e medidas referentes à etapa de reconstrução e preparação.

Já em relação ao acesso à saúde, é importante entender como os países se relacionam. Em diversos casos, os países podem propor o financiamento de parte da reconstrução ou até doar alguns materiais. No início da pandemia de Covid-19, a China fez diversas doações de máscaras como uma estratégia diplomática. Portanto, a política externa dos países influencia muito nas suas

atitudes relacionadas à saúde. O desenvolvimento tecnológico é restrito a alguns países, o que faz com que seja necessária a relação de outros países com os detentores da tecnologia. O comércio internacional de vacinas, medicamentos, aparelhos hospitalares e materiais de proteção está muito visado por conta do coronavírus. Dessa maneira, vale observar que, por mais que as similaridades políticas participem dessa dinâmica, a cooperação internacional deve prevalecer em momentos de crise. Enquanto alguns países participam ativamente com doações, cabe aos organismos internacionais estabelecer formas equitativas de acesso à saúde a todos aqueles que foram vítimas de catástrofes.

Outro ponto fulcral é o comportamento do governo que recebe auxílios durante a catástrofe. Muitas vezes, pode ocorrer má distribuição dos recursos após a sua chegada no território nacional. Sabe-se que em alguns casos existe uma dificuldade logística em locais remotos, porém em outros ocorre uma preparação precária da equipe responsável por essa tarefa.

Por esse motivo, a *Pan American Health Organization (PAHO)*, Organização Pan-Americana de Saúde, desenvolveu em 1992 o *Supply Management System (SUMA)*, Sistema de Gerenciamento de Suprimentos. Esse sistema permite a divisão de prioridades e o registro de entrada dos suprimentos para que o país consiga organizar seus recebimentos. Esse sistema foi muito usado em desastres naturais, como furacões e terremotos, na década de 90.

A fim de concluir o tema sobre assistência internacional, vale entender os motivos da assistência internacional voltada para a saúde. De antemão, o conhecimento de que os países têm seu próprio sistema de saúde e seu orçamento dentro das despesas nacionais pode trazer questionamentos sobre a real validade desse tema. Contudo, o acesso à saúde é um direito previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Por mais que caiba aos próximos governantes transformar esse conceito em realidade, deve-se entender que a instabilidade política se acentua após catástrofes. É possível que com poucos recursos tecnológicos e profissionais da área o país não consiga atender todas as vítimas que precisam, e a instabilidade política pode dificultar as melhorias necessárias diante da situação.

Por consequência, as organizações despendem muitos esforços e recursos financeiros para garantir a saúde. Já os países contribuintes prezam também pela visibilidade e o apoio político do país que está sendo ajudado, além da protagonização no cenário internacional. Entretanto, uma das questões mais relevantes na assistência internacional, é a quantidade monetária que o país deve e consegue contribuir. Essa discussão é extremamente relevante, pois os países apresentam

capacidades financeiras diferentes. Portanto, é necessário priorizar o cenário global e os direitos humanos frente às divergências de contribuição, a fim de que os países não sejam comprometidos financeiramente ao prestar assistência humanitária.

## **7. Consequências Prolongadas das Catástrofes**

Como exposto nos tópicos anteriores, as catástrofes são capazes de intensificar processos já característicos de uma nação, ou abalá-los. Logo, as respostas imediatas após o acontecimento possuem um papel crucial na manutenção dos direitos humanos e no desenrolar da reconstrução do país. A educação, como pilar do desenvolvimento, é necessária para lutar contra a marginalização de comunidades mais afetadas. Já o acesso universal à saúde molda a qualidade e expectativa de vida do país, em adição a evitar a dizimação da população.

Então, percebe-se que quando um país que sofreu uma catástrofe não recebe a resposta adequada e não deu seguimento para a fase de reabilitação e reconstrução pode sofrer consequências a longo prazo que impactarão negativamente seu desenvolvimento. Isso decorre de uma inabilidade de formular um planejamento equitativo para os cidadãos quando parte deles ainda está enfrentando falta de recursos básicos, como moradia e água potável. Nesse cenário, os impactos econômicos podem afetar o país como um todo, agravar a situação, ou o país pode desenvolver-se em algumas regiões, enquanto outras são negligenciadas.

Todavia, com o advento da globalização, as consequências transcendem os limites territoriais. Mesmo com todo o auxílio proveniente dela, como a agilidade na assistência internacional, é importante perceber que países que não são reconstruídos também podem fazer parte de um grupo excluído no cenário internacional. Devido à protagonização por parte de países desenvolvidos, alguns problemas podem não ser priorizados e o país pode ser preterido em discussões internacionais.

Assim sendo, é importante destacar que as relações econômicas desempenham um papel fundamental na globalização. Em casos de crise econômica, possível consequência após um desastre, é comum que o país filtre importações que anteriormente eram feitas e que priorize sua produção. Dessa forma, há um isolamento econômico do país, porém há um impacto também para o país vendedor. Obviamente, outros setores e parceiros podem beneficiar-se da situação por

serem detentores de tecnologias primordiais à saúde e educação, o que provoca uma mudança de parceiros econômicos.

Em suma, o impacto gerado por uma catástrofe pode ter consequências a longo prazo, tanto no âmbito nacional como no global. Cabe, contudo, ao Terceiro Comitê da Assembleia Geral garantir dignidade, segurança e educação a todos os povos diante desses acontecimentos.

## **8. Considerações Finais**

Infelizmente, as catástrofes são um grave impedimento para o desenvolvimento sustentável dos países e a manutenção dos direitos humanos. Dessa forma, é necessário propor medidas de remediação e de preparação para catástrofes que sejam adequadas economicamente com os países afetados. Para isso, vale estabelecer propostas a curto e a longo prazo, a fim de garantir infraestruturas de qualidade, segurança, profissionais capacitados e reconstrução econômica no âmbito da educação e da saúde.

A fim de nortear as propostas, também faz-se essencial considerar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e todos os aspectos que os rodeiam. Os ODS basilares para o comitê são o 3 (Saúde e Bem-estar) e o 4 (Educação de Qualidade), porém outros são relacionados a medidas equitativas de reconstrução, como o 5 (Igualdade de Gênero), o 6 (Água Potável e Saneamento), o 10 (Redução das desigualdades) e o 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes). Contudo, não basta considerar os ODS apenas para a fase após a catástrofe, deve-se dar continuidade para as propostas de desenvolvimento a fim de atingir uma recuperação total do país.

Vale considerar, por fim, as medidas de assistência internacional, tal qual a responsabilidade nacional diante do ocorrido a fim de realizar um sistema de obtenção e coordenação de recursos efetivo. Essas medidas devem considerar o retorno às escolas pelos estudantes, mas também programas para o ensino tardio voltado para os indivíduos que não tiverem a oportunidade de retornar logo na fase de reabilitação. Já em relação à saúde, é importante tratar as consequências imediatas em decorrência da catástrofe, mas também prevenir o surgimento de epidemias, doenças graves e a falta de suprimentos.

Tendo isso em vista, os delegados devem analisar atitudes tomadas pela comunidade internacional com a finalidade de trazer propostas otimizadas e inovadoras para o comitê, além de

repensar o que deve ser feito com as comunidades que não conseguiriam se reconstruir mesmo anos depois da catástrofes e que já obtiveram, em algum momento, assistência humanitária.

Portanto, torna-se imprescindível um debate rico em exemplos e experiências dos últimos 20 anos para trazer o acesso universal à educação e a saúde após desastres. Espera-se que os delegados também conheçam o que já foi estabelecido pelo país em questão através de suas leis para que seu posicionamento seja consistente ao longo do debate.

### **8.1. Perguntas a serem respondidas pelas delegações:**

- Como garantir a permanência dos direitos humanos em situações de catástrofes dentro das possibilidades econômicas dos países e das Nações Unidas?
- Qual posicionamento é próspero para o desenvolvimento da minha delegação?
- Quais medidas voltadas para a educação são necessárias e urgentes após as catástrofes? Por quê?
- Como recuperar um bom funcionamento do sistema de saúde após a perda de recursos materiais e humanos?
- Quais atitudes estão de acordo com a minha situação cultural e humanitária?
- Como a assistência internacional deve ser tratada considerando a soberania de todos os países?

## REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Lynsey. Healthcare in Haiti: 5 Things to Know | The Borgen Project. The Borgen Project. Disponível em: <<https://borgenproject.org/healthcare-in-haiti/>>. Acesso em: 09/04/2021.

Assistência humanitária internacional | Centro de Conhecimento em Saúde Pública e Desastres. Fiocruz.br. Disponível em: <<http://andromeda.ensp.fiocruz.br/desastres/content/assistencia-humanitaria-internacional-0>>. Acesso em: 28/04/2021.

CASTILLO, Camilo Hernán Manchola; GARRAFA, Volnei; CUNHA, Thiago; et al. El acceso a la salud como derecho humano en políticas internacionales: reflexiones críticas y desafíos contemporáneos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 7, p. 2151–2160, 2017. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002702151&script=sci\\_arttext&tlng=en](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232017002702151&script=sci_arttext&tlng=en)>. Acesso em: 01/05/2021.

Children waiting to return to school following Peru quake. UNICEF. Disponível em: <[https://www.unicef.org/media/media\\_40766.html](https://www.unicef.org/media/media_40766.html)>. Acesso em: 28/04/2021.

Continuing Third Committee Rights Debate, Experts Present Country Reports as Speakers Question Findings on Water, Minority Issues, Displacement | Meetings Coverage and Press Releases. Un.org. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2015/gashc4145.doc.htm>>. Acesso em: 29/03/2021.

DAGIOS, Giovanna. Relembre 13 desastres naturais ocorridos no século 21. ESPM: São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/unibol/espm/relembre-13-desastres-naturais-ocorridos-no-seculo-21.htm>>. Acesso em: 06/05/2021.

EVANS, David B et al. Health Systems Financing. The Path to Universal Coverage. World Health Organization: Suíça, 2010. Disponível em: <[https://www.who.int/whr/2010/10\\_summary\\_en.pdf?ua=1](https://www.who.int/whr/2010/10_summary_en.pdf?ua=1)>. Acesso em: 06/05/2021.

Functions and powers of the General Assembly. Un.org. Disponível em:

<<https://www.un.org/en/ga/about/background.shtml>>. Acesso em: 29/03/2021.

HASEGAWA, A.; OHIRA, T.; MAEDA, M.; et al. Emergency Responses and Health Consequences after the Fukushima Accident; Evacuation and Relocation. *Clinical Oncology*, v. 28, n. 4, p. 237–244, 2016. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0936655516000054>>. Acesso em: 01/05/2021.

Humanitarian Assistance in Disaster Situations. A Guide for Effective Aid. Pan American Health Organization: Washington D.C., 1999. Disponível: <<https://www.paho.org/disasters/dmdocuments/pedhuman.pdf>>. Acesso em: 06/05/2021.

IBGE. Odsbrasil.gov.br. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/>>. Acesso em: 06/05/2021.

Japan | Commonwealth Fund. Commonwealthfund.org. Disponível em: <<https://www.commonwealthfund.org/international-health-policy-center/countries/japan>>. Acesso em: 20/04/2021.

KANAVOS, Panos et al. Latin America Healthcare System Overview: A comparative analysis of fiscal space in healthcare. LSE Consulting: Londres, 2019. Disponível em: <<https://www.lse.ac.uk/business-and-consultancy/consulting/assets/documents/latin-america-healthcare-system-overview-report-english.pdf>>. Acesso em: 06/05/2021.

MABÍLIA, Adriana. Em um único dia, Japão enfrentou terremoto, tsunami e desastre nuclear. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/2021/03/11/em-um-unico-dia-japao-enfrentou-um-terremoto-um-tsunami-e-um-desastre-nuclear>>. Acesso em: 12 Mar. 2021.

MENDENHALL, Mary. O percurso da ligação entre ajuda humanitária e desenvolvimento em contextos de deslocação forçada. Unicef, 2019. Disponível em <<https://www.unicef.org/esa/media/6876/file/EducationThinkPieces-10-EducationEmergencies-P.T.pdf>>. Acesso em: 06/05/2021.

O terremoto no Haiti: 10 anos depois. Unicef.org. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/historias/o-terremoto-no-haiti-10-anos-depois>>. Acesso em: 12

Mar. 2021.

OUR WORK. OCHA. Disponível em: <<https://www.unocha.org/about-ocha/our-work>>. Acesso em: 28 Apr. 2021.

Pan American Health Organization. Natural disasters: Protecting the public's health. PAHO: Washington D.C., 2000. Disponível em: <<https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/748/9275115753.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 06/05/2021.

POURHOSSEINI, Samira Sadat; ARDALAN, Ali ; MEHROLHASSANI, Mohammad Hossien. Key Aspects of Providing Healthcare Services in Disaster Response Stage. Iranian journal of public health, v. 44, n. 1, p. 111–8, 2015. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4449997/>>. Acesso em: 01/05/2021.

RITCHIE, Hannah; ORTIZ-OSPINA, Esteban; BELTEKIAN, Diana; et al. Coronavirus Pandemic (COVID-19). Our World in Data. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/coronavirus/country/italy>>. Acesso em: 06/05/2021.

ROCHA, Lucas. O que você precisa saber sobre as variantes da Covid-19. CNN Brasil. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2021/04/08/o-que-voce-precisa-saber-sobre-as-variantes-da-covid-19>>. Acesso em: 06/05/2021.

SMEETS, Alice. haiti-earthquake-destruction-rebuilding.jpg. National Geographic. Disponível em: <<https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/01/dez-anos-apos-ser-devastado-por-terremoto-haiti-ainda-vive-em-cenario-desolador>>. Acesso em: 12/03/2021.

SUMA Humanitarian Supply Management System. Who.int. Disponível em: <<https://apps.who.int/disasters/repo/5491.html>>. Acesso em: 1 May 2021.

Sustainable Development Goal 4: Educação de qualidade. Sustainable Development Goal 4: Educação de qualidade | The United Nations in Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4>>. Acesso em: 29/03/2021.

Sustainable Development Goal 3: Saúde e Bem-Estar. Sustainable Development Goal 3: Saúde e Bem-Estar | The United Nations in Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>>. Acesso em: 29/03/2021.

Third Committee Approves Texts Relating to Torture, Minorities, Elections, Social Inclusion, Rights Centres in Africa, South-West Asia, Arab Region | Meetings Coverage and Press Releases. Un.org. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2015/gashc4155.doc.htm>>. Acesso em: 29/03/2021.

UN General Assembly - Third Committee - Social, Humanitarian & Cultural. Un.org. Disponível em: <<https://www.un.org/en/ga/third/index.shtml>>. Acesso em: 29/03/2021.

UN Disaster Assessment and Coordination (UNDAC). OCHA. Disponível em: <<https://www.unocha.org/our-work/coordination/un-disaster-assessment-and-coordination-undac>>. Acesso em: 06/05/2021.

United States | Commonwealth Fund. Commonwealthfund.org. Disponível em: <<https://www.commonwealthfund.org/international-health-policy-center/countries/united-states>>. Acesso em: 9 Apr. 2021.

Unicef provides support to Peru's earthquake victims. UNICEF. Disponível em: <[https://www.unicef.org/media/media\\_40630.html](https://www.unicef.org/media/media_40630.html)>. Acesso em: 28 Apr. 2021.

UNITED NATIONS. Universal Declaration of Human Rights | United Nations. United Nations. Disponível em: <<https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>>. Acesso em: 1 May 2021.

URSULA, Elsa. Peru: Temporary classrooms get earthquake-affected students back to school. Unicef: Peru, 2008. Disponível em: <<https://reliefweb.int/report/peru/peru-temporary-classrooms-get-earthquake-affected-students-back-school>>. Acesso em: 06/05/2001.

WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Who.int. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 16 Apr. 2021.

## **APÊNDICE I – POSICIONAMENTO DE BLOCOS**

### **Afeganistão**

O Afeganistão lida com constantes avalanches no fim do inverno em suas regiões montanhosas. Além disso, passam por algumas inundações e deslizamentos de terra. Por conta dessa situação, todo ano os desastres naturais deixam feridos e mortos no país. No âmbito político, ele enfrenta grande instabilidade, visto que o Talibã ainda luta pelo governo do país, que é presidido por Ashraf Ghani. A partir de maio de 2021, os Estados Unidos e a OTAN retirarão suas tropas do país, o que pode permitir maior dominação por parte do Talibã. Contudo, a ONU mantém sua missão no país.

### **África do Sul**

O país passou por alguns desastres naturais ao longo dos últimos 20 anos. Entretanto, seus impactos não foram tão severos como em outros países do continente. A África sofreu com um terremoto em 2014 e algumas inundações. Entre elas, vale mencionar a de 2019, que deixou dezenas de mortos. No âmbito político, é importante entender que o último presidente recebeu acusações de corrupção, que fizeram os investimentos externos regredirem.

### **Alemanha**

Em 2013, a tempestade de granizo da Alemanha foi considerada o desastre natural mais caro pela maior seguradora do mundo, Munich Re. Já em 2018, o país foi colocado em 3º no ranking de países que mais sofrem com o clima extremo. Portanto, a Alemanha deve se atentar mais especificamente a catástrofes oriundas de mudanças climáticas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, o país combate crises no país e fora para auxiliar alemães ao redor do mundo. Dessa maneira, é possível perceber uma política externa aberta e em constante contato com as embaixadas mundo afora para resolver crises que possam afetar o país ou seus parceiros.

### **Argentina**

A Argentina enfrenta um período de crise econômica severa há alguns anos. Em 2020, em adição à situação da Covid-19, grande porção de Córdoba foi queimada. Esse incêndio foi um dos piores desastres que o país viveu nos últimos anos. Mesmo assim, o país investiu na

conscientização de possíveis desastres, como erupção vulcânica e terremotos, através de uma plataforma virtual. Assim, mostra-se apto para contribuir com ideias voltadas à prevenção e preparação, porém, ainda deve desafiar-se a contribuir para soluções que se adequem à realidade econômica do país.

### **Austrália**

A Austrália não é foco de muitos desastres naturais por conta de sua localização, porém ela também não está isenta deles. Os mais comuns no território australiano são as secas, os incêndios florestais e, ocasionalmente, ciclones. Em setembro de 2019, o país enfrentou uma série de incêndios que saiu do controle e matou 15 pessoas até janeiro de 2020. Essa foi provavelmente a catástrofe mais grave que o país sofreu em anos e foi decorrente da união da seca com ventos em alta velocidade, que propagaram o fogo rapidamente. No entanto, o governo australiano investiu em uma larga equipe para combater os incêndios, além de recursos como aeronaves. Mesmo assim, poucos focos foram contidos, o país teve de contar com a volta das chuvas para conter toda a situação.

### **Bolívia e Chile**

A Bolívia passou por 2 desastres marcantes nos últimos anos, as cheias e suas consequentes inundações e as queimadas do ano passado. Já o Chile lidou com diversos tipos de catástrofes, incluindo erupções vulcânicas e terremotos à lista. Ambos já estiveram em posições de solicitar ajuda humanitária, porém costumam receber auxílio de outros países individualmente e de ONGs do que da própria ONU. Dessa forma, faz-se necessária a proposição de medidas de avaliação das catástrofes que não neguem as que são constantes em países em desenvolvimento, a fim de não desestabilizá-los.

### **Peru**

O Peru passa por todas as catástrofes apresentadas anteriormente. As inundações de 2017 foram muito marcantes para o país, que recebeu gratamente assistência da OCHA, do Brasil e dos Estados Unidos. É importante ressaltar que o governo teve dificuldade para lidar com a pandemia e também recebeu ajuda das Nações Unidas nessa ocasião.

### **Brasil**

O Brasil, por sua localização, não é afetado por terremotos, erupções vulcânicas nem ciclones ou furacões. Contudo, frequentemente ocorrem deslizamentos de terra por conta das chuvas e, há alguns anos, duas barragens foram rompidas, levando a severas consequências para aquelas comunidades. Além disso, vale ressaltar as queimadas na Amazônia e seu destaque na comunidade internacional. É necessário entender que o governo muitas vezes não atua diretamente para mitigar as consequências das catástrofes, o que torna os impactos ainda mais graves.

### **Canadá**

Os desastres mais comuns no país são incêndios e inundações, com duas ocasiões de grande proporção na última década: o incêndio florestal de Fort McMurray e as enchentes de Calgary. No incêndio florestal de 2016, o governo destinou rapidamente C\$ 300 milhões para a província de Alberta a partir do Programa de Assistência Financeira para Desastres (DFAA). À época, apesar do Primeiro Ministro Justin Trudeau ter sido criticado por não aceitar assistência de países como EUA, México, Rússia, Austrália e Israel, cerca de 1000 bombeiros compuseram a ajuda internacional para combate às chamas.

### **China**

O país é historicamente afetado por desastres naturais. Dois terços de seu território está ameaçado de inundação, além de terremotos e tufões também serem comuns. Nos últimos anos, o país vem investindo em programas para proteção contra desastres ambientais. Entre 2012 e 2017, o país gastou US\$ 1,34 bilhão com programas de modificação climática. Ainda, em comunicado oficial, o governo chinês anunciou que irá aumentar a área de cobertura do seu programa de modificação climática, produzindo chuva e neve artificiais para uma área de 5,5 milhões de km<sup>2</sup> (mais da metade do Brasil) até 2025.

### **Colômbia**

O país possui a maior taxa de desastres naturais da América Latina. Ocorrências de terremotos são regulares e, embora incomuns, furacões, deslizamentos e tempestades tropicais também são causas de desastres naturais. Em novembro de 2020, o furacão Iota provocou a destruição de 98% da ilha de Providência, no caribe colombiano. Por meio da Unidade Nacional

para Gestão de Risco de Desastres (UNGRD), o governo de Iván Duque traçou um plano de atenção e reconstrução da ilha. Ainda, organizações internacionais como a OPS e a OMS, além do governo estadunidense por meio da USAID, também proveram auxílio na assistência às pessoas afetadas pelo furacão Iota.

### **Costa Rica**

Em pesquisa da Universidade das Nações Unidas, a Costa Rica foi considerada a quinta nação do mundo mais exposta a desastres naturais, com risco de terremotos, tsunamis, inundações e deslizamentos de terra. Em 2017, a tempestade tropical Nate foi qualificada pelo governo como o pior desastre natural em décadas. Destinando US\$ 1,6 bilhão em assistência desde a década de 1940 à Costa Rica, o USAID enviou US\$ 150 mil para ajudar nos esforços humanitários após a tempestade tropical Nate. Em 2019, a Unicef trabalhou junto com o setor governamental para reestruturar parte do planejamento educacional para melhorar o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Dessa forma, o país decidiu destinar 8% do PIB para isso.

### **Cuba**

O país está entre os mais afetados por desastres naturais vinculados a mudanças climáticas, com o surgimento de furacões, terremotos e inundações. Apesar disso, vem implantando uma série de medidas preventivas para enfrentar as transformações climáticas, criando programas como o Tarefa Vida e expandindo a atuação de proteção da Defesa Civil. Possuindo a cooperação sul-sul como pilar de sua política externa, Cuba tem enviado profissionais sanitários a diversos países nos últimos 60 anos, auxiliando as demais nações na contenção de seus desastres naturais.

### **Egito**

O Egito não apresenta desastres naturais constantes, mas em alguns casos pontuais já ocorreram terremotos, tempestades e epidemias. Os terremotos são os que recebem maior atenção, pois são mais comuns na região do Mar Vermelho. O país não recebe assistência humanitária advinda da ONU para lidar com isso porque a maior parte da intervenção foi feita devido a questões políticas.

### **Emirados Árabes Unidos**

Os Emirados Árabes enfrentam diversos tipos de desastres naturais, como terremotos, tempestades e deslizamentos de terra. Entretanto, o governo investe em respostas rápidas e em sistemas de identificação de catástrofes, como tremores, modernos e comparáveis aos de países europeus. A polícia de Dubai já foi registrada na OCHA como preparada para prestar auxílio em casos emergenciais após esses acontecimentos. Um exemplo disso foi a assistência prestada à Indonésia no Tsunami de 2004. Além disso, o país deu passos significativos no âmbito da educação, tornando a educação primária e secundária compulsória para homens e mulheres e investindo em um plano de estudos de alta qualidade. É possível perceber que o país está desenvolvendo-se mesmo com as suas eventuais catástrofes.

### **Espanha e Portugal**

Ambos países apresentam alto risco de incêndios florestais nos meses do verão, período em que as temperaturas podem passar de 40°C. A Espanha também pode sofrer com inundações, enquanto Portugal situa-se em uma zona de abalos sísmicos. Por mais que a União Europeia receba auxílio da Cruz Vermelha em alguns casos, não há necessidades para extensas missões de reconstrução nos dois países. Na realidade, a União Europeia é mais conhecida por prestar assistência humanitária a outros países, como Moçambique.

### **Estados Unidos da América**

Pela ampla extensão de seu território, os Estados Unidos da América enfrentam muitos desastres naturais diferentes com uma grande frequência. Em 2019, estima-se que o país tenha perdido US\$ 27 milhões com tempestades severas, que incluem furacões. No entanto, o país ainda é suscetível a tempestades de neve, tornados, incêndios, erupções vulcânicas e terremotos a depender do estado em questão. Muitas comunidades locais afetadas por catástrofes foram ajudadas por ONGs ou pela própria Cruz Vermelha, como no caso do Furacão Irma. Sabe-se que as reconstruções previstas pelos EUA são planejadas e implementadas, mas algumas reconstruções, como as de escolas, podem levar anos. Os Estados Unidos também criaram a *Environmental Protection Agency (EPA)*, organização para ajudar com respostas rápidas às catástrofes. Mesmo diante dessa realidade, o país é um dos maiores prestadores de assistência humanitária para outros países, como muitos do continente africano.

### **Gana**

Em 2020, o país lidou com enchentes graves que deixaram milhares de pessoas desabrigadas e vastas áreas agrícolas destruídas. Porém, em 2019, a ONU planejava a união de diversos setores para combater desastres ligados à agricultura, a fim de manter a acessibilidade aos alimentos e a dignidade das famílias. É importante mencionar que a União Europeia promoveu estudos voltados para desastres subsaarianos para analisar medidas que seriam eficazes para a região. Entre 2015 e 2016, a OMS também auxiliou com a epidemia de Ebola na região. Ademais, o Japão fez uma doação considerável para o escritório da OMS no país, a auxiliar no plano feito pela organização.

### **Haiti**

O país é um dos mais afetados pelas catástrofes e é um dos que mais sofre com a falta de acesso à educação e a saúde. O Haiti está há 10 anos remediando problemas oriundos de um terremoto. Mesmo que ele receba ajuda humanitária, ainda há uma série de conflitos políticos internos que prejudicam a reconstrução do país. É importante ressaltar que a infraestrutura das escolas ainda é precária, mas a Unicef reconstruiu diversas estruturas para que os estudantes pudessem atendê-las. Contudo, a taxa de crianças que estão no sistema educacional ainda é baixa. No âmbito da saúde, o país deve focar em conter as possíveis epidemias e oferecer tratamento eficaz para questões emergenciais, o que é dificultado pela falta de hospitais estruturados.

### **Holanda**

No ano de 1953, a combinação de forte tempestade e maré altíssima culminou na inundação de parte do país, cuja consequência foi 1.836 mortos, 70.000 pessoas evacuadas da região afetada, 9% das áreas férteis totalmente alagadas com água salgada. Diante da gravidade do desastre, países como Bélgica, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Dinamarca e França enviaram ajuda material e efetivos militares. A ajuda humanitária foi mais que suficiente, na medida que em 4 dias os armazéns ficaram lotados e a Cruz Vermelha solicitou oficialmente que não se mandasse mais roupas e móveis. O desastre ocorreu porque a Holanda avançou, com o uso da tecnologia, seu território para o mar. Com o aquecimento global e a alta dos oceanos, o país, sem os investimentos feitos, seria extremamente vulnerável a novas inundações. Além dessa situação, o país não é muito exposto a catástrofes e possui altos índices de desenvolvimento tanto

na educação, como na saúde.

### **Índia e Paquistão**

A Índia e o Paquistão possuem uma certa rivalidade política. Porém, por serem próximos geograficamente, muitas vezes são afetados pelas mesmas catástrofes. Terremotos na região do Afeganistão também afetaram esses dois países, deixando mortos no Paquistão. Portanto, a ajuda internacional pode ser enviada aos três países nesses casos. O Paquistão também enfrentou inundações e ficou relutante em oferecer ajuda humanitária da Índia em 2010, mas o fato é que esses países passam por situações similares. A Índia também sofreu com um tsunami em 2004 e recebeu assistência da UNDAC. É importante entender que ambos estão fazendo melhorias no seu sistema educacional, porém, continua sendo um desafio atingir pessoas em situação de vulnerabilidade.

### **Irã e Iraque**

A fronteira dos dois países se localiza na região de encontro entre placas tectônicas, o que ocasiona abalos sísmicos recorrentes. Em 2017, um terremoto de 7,3 graus na escala Richter vitimou mais de 500 pessoas na região, sobretudo da população curda. Com seu epicentro na cidade de Halabja, o tremor afetou uma região com histórico de conflito entre as nações, que sofre com disputas armadas há mais de 40 anos. Na região, agências da ONU como o PNUMA, a OIM, a UNFPA e a OMS tiveram papel essencial na assistência à população afetada, enviando suprimentos médicos e prestando suporte no atendimento das milhares de pessoas afetadas.

### **Israel**

Israel não é uma nação muito afetada por desastres naturais. Alguns riscos estão ligados a inundações de algumas ruas, porém, o estrago não é significativo para o país. Mesmo assim, as forças do país treinam em preparação para desastres. O maior risco é de catástrofes causadas pelo homem. O sistema de saúde é muito eficiente e há uma cooperação público-privada no seu funcionamento. A educação israelita também é de qualidade e quase totalmente financiada pelo governo. Israel tem prestado ajuda humanitária a outros países, mas ainda é importante entender quais são e como o país pode ampliar sua ajuda.

### **Itália**

A Itália tem um extenso registro de terremotos. Mesmo sendo um país desenvolvido, por possuir muitas construções antigas, as infraestruturas são muito abaladas com os tremores. Em relação à indenização das vítimas e à reconstrução, o país procede de forma lenta, porém, o Estado consegue lidar quase inteiramente com a catástrofe. Comumente, a Itália, como o resto da União Europeia, presta assistência a outros países. Porém, devido à rigorosidade da pandemia no país em 2020, ele contou com a assistência dos EUA. As medidas implementadas foram muito severas, mas mesmo assim o acesso à saúde foi muito comprometido.

### **Japão**

Como visto anteriormente neste guia, o Japão enfrenta recorrentes terremotos e desdobramentos deles, como tsunamis e o acidente nuclear de Fukushima. Por mais que o país seja bem estruturado para lidar com as catástrofes, ele recebe auxílio internacional de outros países, principalmente dos Estados Unidos. Tendo em vista sua visibilidade diplomática, o país adota desde a década de 90 a expansão da prestação de assistência humanitária para outros países, entre eles o Afeganistão e o Iraque. Por já apresentar sistemas de saúde e educacional exemplares, o país foca em ampliar a assistência e manter a preparação relacionada aos terremotos, porém, não lida com crises no momento além do Covid-19.

### **Líbano**

Apesar de ser uma zona de terremotos e possíveis tsunamis, o país não tem sofrido tremores fortes em anos recentes. Há mais de uma década, o PNUD, por meio de sua unidade de redução de risco de desastres, tem desenvolvido campanhas para redução de risco de desastres em parceria com o governo local. Entretanto, no ano passado, uma trágica explosão com nitrato de amônio no porto de Beirute foi responsável por deixar 300 mil cidadãos desabrigados, caracterizada sobretudo como um desastre produzido a partir da ação humana. Na ocasião, uma série de esforços internacionais foram levantados para ajudar o país na reconstrução de sua capital, recebendo oferta de auxílio de países como França, Kuwait, Suíça e Rússia.

### **Marrocos**

O Marrocos está em uma zona de terremotos, com pequenos tremores acontecendo ocasionalmente. O país também sofreu nas últimas décadas com eventos naturais extremos, como enchentes, secas, ondas de calor e de frio. Nesse sentido, de acordo com relatório publicado em 2016, o número de desastres naturais no país aumentou 22 vezes entre 2000 e 2014. O documento aponta que o governo local não alocou fundos necessários para prevenção de riscos de terremotos, inundações e outros desastres, o que contribuiu para a capacidade destrutiva dos eventos. No entanto, buscando mitigar efeitos das mudanças climáticas que vêm afetando seu território, o país vem introduzindo uma política de desenvolvimento sustentável pioneira, sendo classificado como o 2º país mais sustentável do mundo.

### **México**

O México é um país muito afetado por terremotos. Porém, também possui dois vulcões ativos e período intenso de furacões. Em 2017, um dos terremotos mais graves atingiu o país, deixando escolas aos escombros, bem como outras estruturas. Em 2020 e 2021 também ocorreram outros terremotos, o que abalou o país juntamente com a pandemia. O país recebeu assistência da OCHA e do Brasil no terremoto em 2017. Já em 2020, a Turquia prestou assistência ao México. Por ser um país em desenvolvimento, as estruturas são muito afetadas pelas catástrofes, o que dificulta o acesso à saúde e à educação.

### **Moçambique**

Em 2019, o ciclone Idai atingiu Moçambique e deixou cerca de 450 mortos. O país sofreu com o aumento do preço dos alimentos e alto risco de malária e cólera. Em 2021, o ciclone Eloíse também desestabilizou a população de Moçambique e destaca a urgência de planos de prevenção e de preparação para esse tipo de desastre. O Programa Mundial de Alimentos (PMA) atua no país para fornecer suprimentos para as comunidades mais afetadas, mas elas ainda enfrentam pobreza extrema e falta de moradia permanente e segura.

### **Nepal**

Em abril de 2015, o Nepal passou por um terremoto de 7,8 de magnitude, que atingiu 8.000.000 de pessoas (equivalente a um terço da população), ceifando 8.600 vidas. Dezesete dias

depois, no dia 12 de maio, houve outro terremoto com magnitude de 7,4. A situação econômica do país está longe de ser próspera, já que baseia-se na agricultura, especialmente no cultivo de arroz, e no turismo. Do ponto de vista das relações internacionais, tem maior estreitamento com a Índia e a China e é membro fundador da Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional (SAARC) — a qual mantém seu secretariado permanente em Katmandu — das Nações Unidas e da BIMSTEC. Após o terremoto de 2015, no qual foram destruídas 32.000 salas de aula, foi dada prioridade na adequação de espaços para criação de escolas temporárias, que foram abertas já no final de maio. 137 centros de aprendizagem temporários foram disponibilizados para 14.000 estudantes das escolas destruídas.

### **Noruega**

Além de ter o IDH alto, a Noruega é um país considerado com baixo risco de desastres naturais. No entanto, em 30 de dezembro de 2020, a região de Ask passou por um deslizamento de terras que deixou ao menos 5 mortos, 10 feridos e 10 desaparecidos, ao passo que mais de 1.000 pessoas foram evacuadas do local em meio a rigoroso inverno. Casas foram arrastadas por 400 metros quando a terra se soltou, visto que o solo é um tipo de argila característica do país e da Suécia, o qual pode se liquefazer e colapsar rapidamente. Fato similar havia ocorrido em 2005, arrastando para o mar uma área de aproximadamente 800 metros de largura. Em ambos os casos, os resgates e demais ações vinculadas aos desastres foram realizadas pela Defesa Civil e as Forças Armadas do país. Educação e saúde são áreas prioritárias na política de desenvolvimento da Noruega, que promove ajuda humanitária a outros países tendo, inclusive, a Cruz Vermelha muito atuante.

### **Polônia e Ucrânia**

Ambos países sofrem com chuvas torrenciais e inundações. Em 2010, o pior desastre natural da Polônia ocorreu a partir do alagamento de regiões agrárias responsáveis por 35% do PIB do país, de modo que os custos das perdas estimadas à época eram de 2,5 bilhões de euros. Por outro lado, a Ucrânia também teve graves enchentes em 2020, mas a sua catástrofe mais severa foi o acidente em Chernobyl. Quanto ao apoio internacional, o principal contraste é visto nos blocos dos quais os países participam. Integrando a União Europeia desde 2004, a Polônia é o

país com maior nível de subsídios oferecidos pela UE, apoio institucional que não é visto no caso da Ucrânia. Ainda assim, nas tragédias ocorridas em 2020, o Ministério das Relações Exteriores da Ucrânia apelou aos países parceiros e às organizações internacionais, sobretudo à UE e OTAN, para pedir ajuda com os impactos do desastre natural.

### **Reino Unido**

O Reino Unido pode ser acometido por tempestades e outros problemas climáticos como secas e nevascas severas, porém, o desastre natural de maior incidência são as inundações. O governo tem montado estratégias para minimizar as consequências desses eventos, mas as construções em áreas de risco continuam, o que dificulta a proposição de medidas efetivas para todo o país. Felizmente, o Reino Unido possui saúde pública para todos, a garantir maior segurança para a população. Em termos de assistência humanitária, os médicos sem fronteiras do país auxiliam em muitas catástrofes em países em desenvolvimento, incluindo o terremoto do Haiti.

### **República Democrática do Congo**

O Congo sofre com erupções vulcânicas e terremotos. As erupções vulcânicas não são muito frequentes, mas podem ocorrer de anos em anos. Já os terremotos afetam mais as comunidades, principalmente porque as construções do país não foram feitas para resistir aos tremores. Em 2008, um terremoto de magnitude 6,1 atingiu o país e, em 2016, um de magnitude menor deixou 6 mortos. Em 2020, o país passou por inundações tão severas que a Unicef prestou assistência às comunidades afetadas. Portanto, também é necessário atentar-se a esse tipo de desastre que vem se agravando ao longo dos anos. Em outubro de 2019, inundações destruíram materiais escolares e as estruturas das escolas, privando 12.300 pessoas de acesso à educação. O país depende de assistência internacional em casos de catástrofes, como ocorreu com a atuação da Cruz Vermelha referente ao terremoto de 2008.

### **Rússia**

As catástrofes mais incidentes na Rússia são as enchentes. Em 2019, ocorreram 17 desastres hidrológicos. O país possui um programa para lidar com as catástrofes, mas ele também pode depender de doações para ajudar comunidades específicas. Vale ressaltar que muitas

incidências podem estar relacionadas a mudanças climáticas, o que pode ser discutido para reduzir os acontecimentos no país. Em termos educacionais, a Rússia possui um bom desenvolvimento, devido ao grande investimento feito na última década. Já em relação à saúde, o último dado atualizado pela OMS é de que o país despendeu 7% do PIB na área em 2014.

### **Sérvia**

Entre terremotos, secas, incêndios e tempestades, as inundações são o tipo de catástrofe que mais afetam o país. Em 2014, as inundações trouxeram um dos maiores prejuízos que a Sérvia tinha tido, além de impactar na agricultura. Depois disso, o Banco Mundial emprestou milhões de euros para o investimento em preparação para essas situações. Além disso, no período de crise, a ONU também prestou assistência humanitária. Nos últimos anos, por interesse em participar da União Europeia, o país tem investido em infraestrutura para educação. Por mais que o país tenha feito muito progresso em garantir educação para todos, muitos indivíduos de classes sociais mais baixas ainda saem do sistema sem conhecimentos básicos.

### **Síria**

A Síria está situada em uma região suscetível a tremores. Entretanto, o país enfrenta a maior crise interna por motivos políticos. Os conflitos na Síria deixam muitos mortos e pessoas sem lares, gerando uma alta migração do país. Dessa forma, o maior impedimento para que a Síria se reconstrua e se prepare para eventuais desastres naturais é a administração política do país e, conseqüentemente, a alocação de fundos. Atualmente, as ajudas humanitárias são destinadas para as conseqüências dos conflitos.

### **Venezuela**

A Venezuela foi atingida pelo terremoto mais forte da década em 2018, deixando diversas construções no chão. Além dos tremores, o país pode passar por algumas inundações e furacões em algumas regiões. Contudo, o mais preocupante é a quantidade de ambulâncias paradas e a falta de suprimentos para a maioria do país, situação que ocorre há anos por conta de sua crise econômica. Esse fator mostra a incapacidade do país de tratar todos os feridos de desastres naturais e de reconstruir suas estruturas. No momento, a falta de dados precisos sobre educação e saúde são um grande impedimento para a eficácia da ajuda humanitária, mas o país recebeu ajuda

financeira das Nações Unidas.

### **Vietnam**

As chuvas fortes do país podem ocasionar inundações e deslizamentos de terra com certa frequência. Em algumas localidades, ciclones também podem atingir as comunidades, principalmente entre maio e novembro. Em 2020, uma inundação deixou mais de 200 pessoas mortas ou desaparecidas. Diante dessa situação, a Cruz Vermelha prestou assistência, além do Reino Unido e da Austrália, que fizeram doações para as ajudas emergenciais. Felizmente, a pandemia não foi agravada pela situação, visto que até o final de 2020 ocorreram apenas 35 mortes e todas ocorreram após julho. No âmbito da educação, esta vem melhorando há alguns anos e o desenvolvimento de alunos no PISA vem subindo no ranking.